

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	158139-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	LUIZ PHILLIPE MOTA PESSANHA	12/02/2026 09:50 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23317.005102.2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais de consumo (informática/TI) para manutenção das atividades pedagógicas e operacionais do IFF Campus Itaboraí nos termos estimados na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Abraçadeira de náilon branca com ranhuras, 200 mm de comprimento, 4,8 mm de largura, para amarração de cabos e fios, pacote com 100 unidades.	614214	Unid.	2	R\$ 21,50	R\$ 43,00
02	Acessório para eletrocalha, tipo emenda interna metálica, dimensões 50 x 50 mm, características adicionais vazado, aplicação para cabeamento.	376009	Unid.	50	R\$ 17,11	R\$ 855,50
03	Adaptador acoplador óptico SC/APC para SC/APC monomodo simplex, com fixação por rosca, para cabo drop 2x3 mm, perda de inserção média ≤ 0,3 dB (máx ≤ 0,5 dB), perda de retorno APC ≥ 60 dB, repetibilidade de 5 vezes, temperatura de operação de -25 °C a +75 °C, umidade até 95% a 40 °C, tempo de montagem ≤ 2 minutos, dimensões 8,7 × 7,35 × 55 mm (L × A × P) e força de tração de 50 N, ideal para fibra óptica FTTH.	415573	Unid.	200	R\$ 12,60	R\$ 2.520,00
04	Adaptador de rede Wi-Fi USB 3.0 Dual Band, compatível com bandas 2,4 GHz e 5 GHz, com velocidade mínima de 600 Mbps, suporte ao padrão Wi-Fi 802.11ac (WiFi AC)	-	Unid.	11	R\$ 108,38	R\$ 1.192,18
05	Adaptador HDMI macho para VGA fêmea, utilizado para conectar dispositivos com saída HDMI a monitores ou projetores com entrada VGA.	445782	Unid.	2	R\$ 30,02	R\$ 60,04

06	Álcool isopropílico incolor, com pureza igual ou superior a 90%, apresentado em frasco de 1 litro.	392302	Litro	4	R\$ 32,70	R\$ 130,80
07	Alicate descascador de fio em metal, comprimento de 125 mm, para cabo drop, fibra flat e cabo elétrico, com lâmina ajustável para corte transversal ou longitudinal.	624209	Unid.	10	R\$ 71,91	R\$ 719,10
08	Alicate para crimpar em aço cromo-vanádio, indicado para cabos isolados, aplicável em conectores RJ09, RJ11 e RJ45 categoria 5e, com função de corte e decapagem, sistema de catraca e corte triplo.	331040	Unid.	12	R\$ 72,22	R\$ 866,64
09	Bandeja suporte para equipamentos com profundidade de 40 cm, confeccionada em aço ventilado, compatível com padrão rack 19" (EIA-310-D), largura de 19 polegadas e altura de 4,45 cm.	410233	Unid.	2	R\$ 124,92	R\$ 249,84
10	Cabo de rede UTP CAT6, par trançado U/UTP, 24 AWG, 4 pares, 305 m, revestimento PVC anti-chama (PVC CM), cor azul, indicado para cabeamento estruturado de redes de dados.	389712	Rolo	10	R\$ 1.672,07	R\$ 16.720,70
11	Cabo DisplayPort preto com 1,8 metro de comprimento, conectores macho banhados a ouro, suporte a resolução de 480i até 8K (60Hz), banda de 32,4 Gbps, padrão DisplayPort 1.4, compatível com HDR, HDCP 2.2 e DSC, e equipado com trava de segurança.	433632	Unid.	2	R\$ 30,14	R\$ 60,28
12	Cabo de fibra óptica monomodo com 4 fibras, revestimento externo termoplástico preto, geleado com núcleo dielétrico e aço corrugado, conforme normas técnicas ABNT 15108 e NBR 15110, bobina com 1000 metros de comprimento.	348309	Unid.	1	R\$ 862,57	R\$ 862,57
13	Cabo de rede para computador, par trançado categoria 5e, condutor de cobre bitola 24 AWG, revestimento em PVC (cloreto de polivinila) antichama na cor azul, com marcação métrica decrescente (300 m), fornecido em rolo de 305 metros, indicado para redes de informática.	288096	Unid.	1	R\$ 533,58	R\$ 533,58
14	Cabo HDMI 2.1 com 19 pinos, comprimento mínimo de 2 metros, largura de banda de até 48 Gbps, compatível com resoluções de 8K a 60 fps e 4K a 144 fps, suporte a 32 canais de áudio, HDR, VRR e DSC, em conformidade com o padrão HDMI 2.1.	628061	Unid.	2	R\$ 12,37	R\$ 24,74
15	Caixa organizadora transparente, com tampa e divisórias (mínimo de 9 divisórias), medidas de 20 cm x 30 cm.	464968	Unid.	15	R\$ 37,06	R\$ 555,90
16	Canaleta sistema X, em plástico na cor branca, com divisória interna e adesivo dupla face, com dimensões aproximadas de 20×12×2000 mm (L×A×C), utilizada no sistema "X" para organizar e proteger cabos em instalações aparentes em ambientes internos.	614481	Unid.	20	R\$ 16,20	R\$ 324,00
17	Canaleta ventilada 30x30. Dutos de PVC (Cloreto de Polivinil) rígido. Fornecido em barras de 2m. Resistência à tração: 3,6 – 6,3 (Kg/mm). Resistência ao impacto: 2,1 – 100 (Kg-cm-cm). Resistência Térmica: 50 a 70 C. Absorção de água: 0,07 – 0,4 (24h 3,2mm%)	471771	metro	12	R\$ 22,99	R\$ 275,88

18	Caixa tomada de formato quadrado, em termoplástico antichama, com 2 conectores para par trançado tipo keystone categoria 6, para instalação sobreposta, indicada para aplicações em informática e suporte para tomadas e conectores em superfícies.	372132	Unid.	25	R\$ 28,22	R\$ 705,50
19	Caneta localizadora de falhas (VFL) em fibra óptica, com laser de potência mínima de 10 mW e alcance de 10 a 12 km, utilizada como visualizador de falhas em fibra óptica	455445	Unid.	5	R\$ 74,21	R\$ 371,05
20	Caneta para limpeza de conectores ópticos de 1,25 mm, compatível com padrões LC e MU, com mínimo de 500 limpezas, método sem uso de produtos químicos ou solventes, aplicável a polimentos UPC e APC, ponteira extensível e conforme a diretiva EU/95/2002/EC (RoHS).	462790	Unid.	2	R\$ 80,18	R\$ 160,36
21	Caneta para limpeza de conectores ópticos de 2,5 mm, compatível com padrões SC, FC e ST, com mínimo de 500 limpezas, método sem uso de produtos químicos ou solventes, aplicável a polimentos PC, UPC e APC, ponteira extensível e conforme a diretiva EU/95/2002/EC (RoHS).	462790	Unid.	2	R\$ 74,22	R\$ 148,44
22	Cantoneira 5x5cm, Pintado Epoxi Branco, material Aço reforçado, tipo em L ângulo 90 graus	617246	Unid.	200	R\$ 9,91	R\$ 1.982,00
23	Cartucho para limpeza de conector óptico compatível com conectores SC, LC, ST, FC e MTRJ, aplicável a polimentos APC e UPC, com duração mínima de 450 ciclos e possibilidade de troca do refil/carretel interno	-	Unid.	2	R\$ 94,87	R\$ 189,74
24	Cordão óptico tipo patch cord SC-SC, com comprimento de 3 metros, cabo de fibra óptica multimodo e cabeamento óptico duplex.	415564	Unid.	20	R\$ 89,23	R\$ 1.784,60
25	Conector RJ45 macho, vazado, categoria 6, padrão RJ45, utilizado para cabo de rede, fornecido em pacote com 50 unidades.	375963	pacote com 50 unid.	16	R\$ 100,12	R\$ 1.601,92
26	Conector RJ45 macho, não vazado, categoria 6, padrão RJ45, utilizado para cabo de rede, fornecido em pacote com 50 unidades.	375963	pacote com 50 unid.	16	R\$ 100,12	R\$ 1.601,92
27	Conector Keystone RJ45 CAT6 fêmea, blindado, cor branca, compatível com patch panels e espelhos, fornecido em pacote com 100 unidades, indicado para cabo de rede.	469535	Unid.	200	R\$ 22,81	R\$ 4.562,00
28	Cotonete bastonete para limpeza de conectores ópticos de 2,5 mm, indicado para conectores e adaptadores SC, FC e ST, com ponta em tecido sintético que não solta fibras nem risca superfícies, compatível com solventes para limpeza óptica, permitindo limpeza mesmo com conectores instalados em acopladores, embalagem com 75 unidades.	457220	Unid.	2	R\$ 2,03	R\$ 4,06
29	Canaleta ventilada 30x30. Dutos de PVC (Cloro de Polivinil) rígido. Fornecido em barras de 2m. Resistência à tração: 3,6 – 6,3 (Kg/mm). Resistência ao impacto: 2,1 – 100 (Kg-cm-cm).	344523	Unid.	4	R\$ 25,99	R\$ 103,96

	Resistência Térmica: 50 a 70 C. Absorção de água: 0,07 – 0,4 (24h 3,2mm%)					
30	Decapador em metal revestido de plástico, comprimento de 11 cm, indicado para cabo par trançado UTP e STP categoria 5e, com lâmina para corte de fio, lâmina dupla para decapagem e corte, abertura máxima de 10 mm, parafuso de ajuste para fechamento, modelo HT 501.	326324	Unid.	10	R\$ 41,81	R\$ 418,10
31	Disco rígido removível de 1 TB, interface SATA 3.0, velocidade de transferência de 6 GB/s, formato de 2,5 polegadas, indicado para aplicação em servidor de rede.	610794	Unid.	3	R\$ 357,17	R\$ 1.071,51
32	Encaixe de capa. Tampa Encaixe para Eletrocalha galvanizada 50x50mm. Medida 3 metros	618465	Unid.	1	R\$ 107,53	R\$ 107,53
33	Eletrocalha galvanizada, 50 mm x 50 mm perfurada para passagem aérea de cabos de dados, elétricos ou CFTV.	324578	metro	150	R\$ 57,42	R\$ 8.613,00
34	Estabilizador de tensão, capacidade 600 VA, tensão de alimentação entrada 115/220 V, tipo nobreak, quantidade de tomadas de saída 4, autonomia da bateria 15 minutos à plena carga.	620708	Unid.	14	R\$ 416,07	R\$ 5.824,98
35	Estante rack 12U, tipo parede, padrão 19", estrutura em aço, porta frontal em acrílico com chave, características adicionais tamanho 12U, acabamento superficial em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, altura externa 600 mm.	482643	Unid.	4	R\$ 661,33	R\$ 2.645,32
36	Estante rack de piso, padrão 19" x 42U, estrutura em chapa de aço, portas frontais e traseiras com orifícios para ventilação, porta frontal em aço com chave e visor em acrílico, cor preta, acabamento superficial em pintura eletrostática, aplicação para rede de comunicação de dados, capacidade de carga 600 kg.	477109	Unid.	1	R\$ 10.893,49	R\$ 10.893,49
37	Estante rack, padrão 19" x 24U x 540 mm, estrutura em aço, portas laterais e fundo removíveis com aberturas para ventilação, porta frontal em aço com chave e visor, cor preta, características adicionais: 2 ventiladores 110V, 8 tomadas, acabamento superficial em pintura epóxi.	623356	Unid.	1	R\$ 3.934,04	R\$ 3.934,04
38	Etiqueta de identificação em tecido de nylon branco, com 4,8 m de comprimento e 19 mm de largura, modelo B-499 (M21-750-499), compatível com impressora Brady BMP™21, indicada para identificação de fios, cabos e patch panels.	432271	Rolo	4	R\$ 307,47	R\$ 1.229,88
39	Extensão óptica monomodo duplex, cabo monofibra de 3 mm de diâmetro, comprimento de 2,5 m, conectores LC/LC, com formato adequado para processo de fusão	432081	Unid.	10	R\$ 50,90	R\$ 509,00
40	Extensão óptica monomodo duplex com conectores. Conector de entrada SC APC. Conector de saída SC APC. Cor: Verde-claro, comprimento de 2,5 m, proteção anti-UV e cordoalha de aço.	420404	Unid.	10	R\$ 157,36	R\$ 1.573,60

41	Gancho de suspensão vertical 50 x 50 mm, suporte balanço vertical para eletrocalha 50 x 50 mm, modelo Igrejinhas.	300029	Unid.	25	R\$ 4,00	R\$ 100,00
42	HD externo portátil de 2 TB, interface USB 3.0, compatível com Windows e Mac, formato 2,5", com taxa de transferência de até 5 Gbps.	486471	Unid.	2	R\$ 519,66	R\$ 1.039,32
43	Isolante térmico em pasta à base de prata, para aplicação em processadores, com condutividade térmica mínima de 9,24 W/m.°C, faixa de temperatura de 0 a 200°C, apresentado em seringa de 5 gramas.	320490	Seringa com 5 g	20	R\$ 39,43	R\$ 788,60
44	Isolante térmico tipo pasta, na cor branca, aplicado em componentes eletrônicos, composto por silicone de alto peso molecular, em frasco contendo 100g.	449400	Frasco	5	R\$ 39,42	R\$ 197,10
45	Kit de ferramentas para rede de informática com 10 peças, incluindo testador LAN UTP, alicates, chaves Phillips e de fenda, faca, conectores, decapadores de fio, e estojo em material resistente, indicado para manutenção de redes LAN Ethernet.	628169	Kit	10	R\$ 172,00	R\$ 1.720,00
46	Kit de etiquetas para organização com 500 anilhas de identificação numérica de cabos (números de 0 a 9, 100 unidades de cada), modelo EC-0 para cabos de 0,5 a 1,5 mm, confeccionadas em PVC flexível autoextinguível conforme norma UL94V0, pigmentadas em amarelo com caracteres pretos, resistentes a temperaturas de -20 °C a +105 °C, com dimensões de 4 mm de profundidade, 5 mm de largura e 6 mm de altura.	408138	pacote com 500 unid.	3	R\$ 108,33	R\$ 324,99
47	Kit profissional com 15 ferramentas para conectorização de fibra óptica, incluindo clivador com 36.000 clivagens e precisão menor que 0,5°, power meter para comprimentos de onda de 850 a 1550 nm e faixa de medição de -70 a +26 dBm, localizador de falhas com alcance de 10 km e potência >5 mW, decapadores para mini drop e fibras tight/loose, detector de ruptura e falhas, alicate para fibras, recipiente para álcool isopropílico e acessórios, todos projetados para uso em fibras monomodo e multimodo, com operação em temperaturas variadas e alimentação por pilhas alcalinas.	-	Kit	10	R\$ 265,05	R\$ 2.650,50
48	Lenços descartáveis antiestáticos para limpeza de fibra óptica, confeccionados em celulose virgem, tipo não tecido, folha solta, com 280 unidades, medindo 11 cm x 21 cm, ideais para superfícies delicadas, livres de poeira e estática.	624207	Unid.	10	R\$ 11,46	R\$ 114,60
49	Limpador de contato elétrico/eletrônico em spray, com canudo prolongador, de fácil evaporação e sem CFC na composição, volume de 300 mL, indicado para limpeza de componentes elétricos e eletrônicos.	614808	Unid.	10	R\$ 18,58	R\$ 185,80
50	Manta antiestática em borracha, com camada superior dissipativa e camada intermediária condutiva, dimensões de 120 cm x 70 cm, cor cinza, resistente a alta temperatura.	240637	Unid.	10	R\$ 222,44	R\$ 2.224,40

51	Memória portátil para microcomputador, tipo pen drive, com capacidade de 128 GB, interface USB 3.2 Gen 1, velocidade mínima de escrita de 10 MB/s e leitura de 70 MB/s, indicada para armazenamento portátil de arquivos.	627327	Unid.	20	R\$ 76,88	R\$ 1.537,60
52	Mouse para computador, tamanho padrão, scroll, com sensor laser, conectividade com fio via USB e resolução mínima de 6400 DPI.	457752	Unid.	200	R\$ 36,70	R\$ 7.340,00
53	Organizador de cabos tipo espiral, em plástico preto, com bitola de 19 mm e comprimento de 150 cm.	485191	Unid.	100	R\$ 18,54	R\$ 1.854,00
54	Parafuso porca gaiola. Parafuso com porca em metal zincado, cabeça Phillips, fenda reta, diâmetro de 5 mm, comprimento de 15 mm, com arruela lisa e porta gaiola, padrão M5, rosca total, utilizado para fixação de equipamentos em racks padrão 19".	367331	Unid.	100	R\$ 1,45	R\$ 145,00
55	PDU Régua de tomadas 10A com 12 tomadas de 45 graus (padrão NBR14136) para fixação em rack 19". Fabricada em chapa de aço SAE 1010 com acabamento em pintura epóxi, possui 12 tomadas (2P+T), conector C13, sem plugue, e cabo de 2 metros. Tensão de alimentação 110/220 V e corrente nominal de 10A. Tamanho 1U.	480164	Unid.	2	R\$ 136,96	R\$ 273,92
56	Pulseira antiestática com fio e resistor de 1 MΩ, cabo extensível até 1,5 m, indicada para manutenção em computadores e proteção contra descargas eletrostáticas, modelo HK-102 HIKARI.	404475	Unid.	10	R\$ 20,50	R\$ 205,00
57	Teclado para microcomputador, tipo padrão, conector USB com fio, layout ABNT2, alfanumérico.	451817	Unid.	200	R\$ 45,00	R\$ 9.000,00
58	Tesoura de precisão para corte de Kevlar e fibras ópticas, com lâminas serrilhadas de aço carbono de alta densidade, punho ergonômico em nylon resistente e anatômico, área micro-serrilhada para Kevlar e área lisa para fibras ópticas de até 3 mm, ideal para corte preciso de aramida em cabos ópticos.	-	Unid.	1	R\$ 53,71	R\$ 53,71
59	Testador de cabo RJ45/RJ11 com LED indicador, alimentação por bateria 9V, para verificação de continuidade, pares trocados e rompidos.	326619	Unid.	5	R\$ 143,96	R\$ 719,80
60	Tomada elétrica modelo múltipla, dupla, tipo tripolar fêmea, formato de contato 2P + T, corrente nominal 10 A, normas técnicas NBR 14136, aplicação para instalação elétrica.	625385	Unid.	8	R\$ 12,00	R\$ 96,00
61	Tomada elétrica RJ-45 branca, Espelho Modular Plástico 4x2 com Módulo Removível de 1 Saída RJ Branco Injetado em termoplástico de alto impacto, compatível com caixas embutidas e de sobreposição nos padrões 4x2. Permite configuração flexível com até 3 módulos removíveis para RJ11/RJ45, telefone, CFTV e TV a cabo.	-	Unid.	100	R\$ 6,50	R\$ 650,00
62	Tubete protetor de emenda para fibra óptica incolor, para fusão, 60 mm, composto por uma haste de aço inoxidável, tubo plástico interno e tubo plástico externo termorretrátil; medidas aproximadas de 60 × 1,0 mm; uso: acessório para proteger e manter a integridade	-	Unid.	1000	R\$ 23,00	R\$ 23.000,00

	das emendas ópticas após a fusão das fibras; garantia mínima de 3 meses; pacotes com 100 unidades					
63	Velcro fita dupla face preta, 20 mm de largura, 3 metros de comprimento, utilizada para fixação e organização de cabos em cabeamento.	465493	rolo	10	R\$ 18,89	R\$ 188,90
TOTAL						R\$ 130.439,99

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6 O objeto da aquisição está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de materiais- CATMAT do SIASG.
- 1.7 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1 Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1 Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício; e
 - 4.1.2 Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

Subcontratação

- 4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

5.1.1 De acordo com as necessidades do campus solicitante.

5.1.2 Os bens serão recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da solicitação do Campus.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Izaura Pantoja, 167, Nova Cidade, Itaboraí / RJ, CEP 24804-162.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.15 Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (Vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (Três por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/08/2025.

8.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

9.3 Trata-se de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.

9.4 O produto deverá atender às seguintes características:

9.4.1 Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela fornecida neste documento, que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor.

9.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6 Os bens serão recebidos no prazo de 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante ateste da nota fiscal.

9.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.8 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.9 A fiscalização ficará a cargo de servidores pertencentes aos quadros do Campus contratante designados para esse fim, lotados nas unidades em que serão entregues os materiais.

9.10 A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.

9.11 Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

Habilitação jurídica

9.12 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.13 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.14 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.15 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.16 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.17 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.19 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.20 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.21 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.22 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.23 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.25 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.26 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.27 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.28 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30 Quando aplicável, declaração ou certificado do fabricante atestando que o licitante é distribuidor, revendedor ou representante autorizado para comercializar e prestar assistência técnica aos produtos ofertados.

9.31 No caso de bens que exijam instalação, montagem ou configuração, comprovação de que o licitante dispõe de equipe técnica qualificada para execução dos serviços.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 130.439,99 (cento e trinta mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela contida no item 1.1 desse Termo de Referência.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária declarada pela unidade demandante (UASG 158139).

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (*cinco*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (**cinco**) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da *relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.18. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 4.1.19. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.20. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.21. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.22. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Campos dos Goytacazes, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **RAYANE KELLI DOS REIS FERREIRA**
Data: 12/02/2026 15:22:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAYANE KELLI DOS REIS FERREIRA
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **ANA JULIA BRITES ALVES**
Data: 12/02/2026 16:52:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA JULIA BRITES ALVES
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **WESLLEYMBERG DA SILVA LISBOA**
Data: 12/02/2026 15:06:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WESLLEYMBERG DA SILVA LISBOA
Equipe de apoio

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência (Digital) - 15/2026

Assunto: Termo de Referência (Digital) - 15/2026
Assinado por: Luiz Pessanha
Tipo do Documento: Termo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples
Responsável pelo documento: Luiz Phillipe Mota Pessanha (1295090) (Servidor)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Phillipe Mota Pessanha, DIRETOR(A) - CD0004 - DACITAB, DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 12/02/2026 18:46:15.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/02/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1084287
Código de Autenticação: 6601f60ad2

